



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 17/2016 - I

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, a **UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE**, com registro no CNPJ/MF n. 05.429.148/0001-60 e sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia, CEP.: 69.915-632, Rio Branco/AC, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **Joseé Alves de Albuquerque**, no uso de suas atribuições legais, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo, vencedor do Pregão Eletrônico n. 31/2016, para fornecimento de **MATERIAIS ELÉTRICOS**, observadas as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002; Decretos ns. 7.892/2013 e 5.450/2005; e subsidiariamente na Lei n. 8.666/93, Resolução/TRF n. 15/2000, alterada pela Resolução/TRF n. 07/2003, e Processo Administrativo Eletrônico n. 0001108-93.2016.4.01.8001- JFAC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Ata, são adotadas as seguintes definições:

- a) Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
- b) Órgão Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
- c) Órgão Não Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços objetivando a aquisição eventual e futura de **materiais elétricos**, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente Ata a Seção Judiciária do Estado do Acre, localizado em Rio Branco/AC, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Caberá à Seção Judiciária do Estado do Acre, na qualidade de órgão gerenciador, a prática de todos os atos de controle e administração da presente Ata de Registro de Preços, e ainda os seguintes:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- d) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

A partir desta data, ficam registrados nesta Seção Judiciária os preços do fornecedor a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de **materiais elétricos**, nas condições estabelecidas no ato

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

convocatório e mediante emissão/recebimento de Nota de Empenho.

Fornecedor: **MONTAGEM ELÉTRICA LTDA. - ME**, CNPJ n. 10.511.935/0001-96, com sede na rua Carioca, 216, Bairro: Padre Eustaquio, Cep: 30730-420 - Belo Horizonte/MG. Telefone: (31) 3419-9200, e-mail: renato.montagemeletrica@gmail.com.

| ITEM | QUANT. TOTAL | PEDIDO MÍNIMO | UNID. | DESCRIÇÃO | PREÇO UNITÁRIO - R\$ | PREÇO TOTAL - R\$ |
|------|--------------|---------------|-------|--|----------------------|-------------------|
| 1 | 50 | 10 | UN | <p>DISJUNTOR-MOTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO, MODELO=MS325. CORRENTE NOMINAL (IN=6,3A), TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO = 690AC. FREQUENCIA NOMINAL = 50/60HZ. Nº DE POLOS = 3. Nº DE POLOS PROTEGIDOS = 3. CAPACIDADE NOMINAL DE SERVIÇOS DE CURTO CIRCUITO = (ICS) PARA 440 V AC = 50KA. CLASSIFICADO INSTANTANEA DE CURTO CIRCUITO DE CONFIGURAÇÃO (LI) = 520 A. FAIXA DE AJUSTE = 4.....6.3A. CORRENTE DE SERVIÇO AC-3 (LE) 6.3A. CLASSIFICADO OPERACIONAL ENERGIA AC-3 (PE) 400 V TRIFASICO 18.5 KW. DURABILIDADE ELETRICA = 25000 CICLOS. MONTAGEM EM TRILHO DIN. DIMENSÕES; LARGURA ÚTIL= 55 MM. ALTURA ÚTIL = 96 MM. PROFUNDIDADE = 65.5 MM. CONTATO AUXILIAR DO TIPO HK-11-1NA+1NF. REFERÊNCIAS : MARCA WEG, MARCA ABB OU MARCA COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES APROVADAS PELO INMETRO. UTILIZAÇÃO EM CHILLERS.</p> <p>MARCA: WEG FABRICANTE: WEG MODELO / VERSÃO: MPW40-3-D063</p> | 177,00 | 8.850,00 |
| 2 | 50 | 10 | UN | <p>DISJUNTOR-MOTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO, MODELO=MS16 A. CORRENTE NOMINAL (IN=16A), TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO = 690AC. FREQUENCIA NOMINAL = 50/60HZ. DISJUNTOR-MOTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO, MODELO=MS16 A. CORRENTE NOMINAL (IN=16A), TENSÃO NOMINAL DE OPERAÇÃO = 690AC. FREQUENCIA NOMINAL = 50/60HZ. Nº DE POLOS = 3. Nº DE POLOS PROTEGIDOS = 3. CAPACIDADE NOMINAL DE SERVIÇOS DE CURTO CIRCUITO = (ICS) PARA 440 V AC = 50KA. CLASSIFICADO INSTANTANEA DE CURTO CIRCUITO DE CONFIGURAÇÃO (LI) = 520 A.</p> | 210,00 | 10.500,00 |

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Seção Judiciária do Estado do Acre poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO

Não havendo êxito nas negociações, a Seção Judiciária do Estado do Acre procederá a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SEXTO

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo anterior será formalizado por despacho da autoridade competente da Seção Judiciária do Estado do Acre, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Seção Judiciária do Estado do Acre.

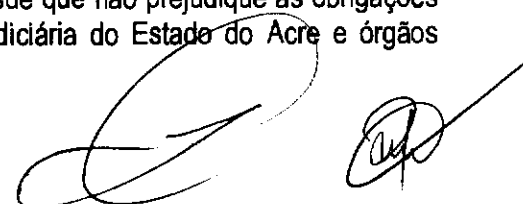
PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Seção Judiciária do Estado do Acre da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO QUARTO

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO

Após a autorização da Seção Judiciária do Estado do Acre, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

PARÁGRAFO SEXTO

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Seção Judiciária do Estado do Acre.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 30 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata será divulgada na página da Seção Judiciária do Estado do Acre (www.jfac.jus.br) e no portal Comprasgovernamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre, em Rio Branco-AC, com renúncia de qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram a presente Ata, independente de transcrição, o Edital do Pregão n. 31/2016 e seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente, aplicando-se ao presente instrumento as regras dispostas no Edital e seus anexos.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, a Seção Judiciária do Estado do Acre e o fornecedor registrado assinam o presente instrumento, na pessoa dos seus representantes legais, em 2 (duas) vias de igual e teor e forma.


José Alves de Albuquerque
Diretor da Secretaria Administrativa
Delegação: Portaria/DIREF 145/2009
CONTRATANTE


Renato Cassimiro da Silva
Representante Legal
CONTRATADA

MONTAGEM ELÉTRICA LTDA
CNPJ: 10.511.935/0001-96
RENATO CASSIMIRO DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 17/2016 - II

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, a **UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE**, com registro no CNPJ/MF n. 05.429.148/0001-60 e sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia, CEP.: 69.915-632, Rio Branco/AC, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **José Alves de Albuquerque**, no uso de suas atribuições legais, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do fornecedor abaixo, vencedor do Pregão Eletrônico n. 31/2016, para fornecimento de **MATERIAIS ELÉTRICOS**, observadas as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002; Decretos ns. 7.892/2013 e 5.450/2005; e subsidiariamente na Lei n. 8.666/93, Resolução/TRF n. 15/2000, alterada pela Resolução/TRF n. 07/2003, e Processo Administrativo Eletrônico n. 0001108-93.2016.4.01.8001- JFAC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Ata, são adotadas as seguintes definições:

- a) Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
- b) Órgão Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
- c) Órgão Não Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços objetivando a aquisição eventual e futura de **materiais elétricos**, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente Ata a Seção Judiciária do Estado do Acre, localizado em Rio Branco/AC, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Caberá à Seção Judiciária do Estado do Acre, na qualidade de órgão gerenciador, a prática de todos os atos de controle e administração da presente Ata de Registro de Preços, e ainda os seguintes:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- d) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

A partir desta data, ficam registrados nesta Seção Judiciária os preços do fornecedor a seguir relacionado, objetivando o compromisso de fornecimento de **materiais elétricos**, nas condições estabelecidas no ato

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

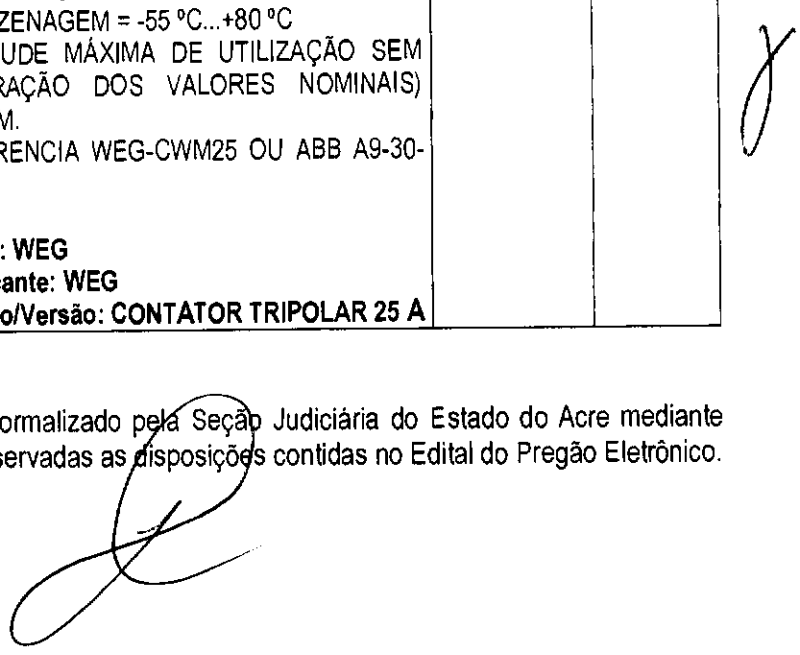
convocatório e mediante emissão/recebimento de Nota de Empenho.

| Fornecedor: GR COMÉRCIO EIRELI – ME, CNPJ n. 17.451.234/0001-58, com sede na rua Frei Caneca, n. 94, Bonfim, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.210-530, telefone (31) 3297-7546, e-mail lezendas@lzeletricidade.com.br. | | | | | | |
|--|--------------|---------------|-------|---|----------------------|-------------------|
| ITEM | QUANT. TOTAL | PEDIDO MÍNIMO | UNID. | DESCRIÇÃO | PREÇO UNITÁRIO – R\$ | PREÇO TOTAL – R\$ |
| 1 | 100 | 24 | UN | <p>CONTATOR TRIPOLAR 25 A NORMAS = IEC60947-1 IEC60947-4, DIN VDE0660(102), UL 508 CSAG, 22.2/14 TENSÃO NOMINAL DE ISOLAÇÃO UI EM IEC 60947-1 VDE 0660 (V) = 1.000 (GRAU DE POLUIÇÃO 3) UL,CSA (V) = 600 TENSÃO NOMINAL DE IMPULSO UIMP (IEC 60947-1) (KV) = 6 LIMITES DE FREQUENCIAS (HZ) = 25...400 VIDA MECANICA BOBINA EM CA (MILHÕES DE MANOBRAS) = 10 VIDA ELETRICA BOBINA EM CA (MILHÕES DE MANOBRAS) = 10 GRAU DE PROTEÇÃO IEC 60529 - CONTATOS PRINCIPAIS = IP 20 BOBINAS E CONTATOS AUXILIARES = IP 20 MONTAGEM = PARAFUSOS OU TRILHO DIN 35 MM (EN 50022) PONTOS DE CONEXAO A BOBINA CONTADORES COM BOBINA EM CA = 4 PONTOS DE CONEXAO A BOBINA CONTADORES COM BOBINA EM CC = 3 RESISTENCIA A VIBRACOES (IEC 60068-2-6) CONTATOR ABERTO (G) = 3 RESISTENCIA A VIBRACOES (IEC 60068-2-6) CONTATOR FECHADO (G) = 6 RESISTENCIA A VIBRACOES (IEC 60068-2-6) CONTATOR ABERTO (G) = 8 RESISTENCIA A VIBRACOES (IEC 60068-2-6) CONTATOR ABERTO (G) = 12 TEMPERATURA AMBIENTE DE OPERACAO = -25 °C...+55 °C TEMPERATURA AMBIENTE DE ARMAZENAGEM = -55 °C...+80 °C (ALTITUDE MÁXIMA DE UTILIZAÇÃO SEM ALTERAÇÃO DOS VALORES NOMINAIS) 3.000 M. REFERENCIA WEG-CWM25 OU ABB A9-30-01.</p> <p>Marca: WEG Fabricante: WEG Modelo/Versão: CONTATOR TRIPOLAR 25 A</p> | 150,00 | 15.000,00 |

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Seção Judiciária do Estado do Acre mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos da Seção Judiciária do Estado do Acre efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O fornecedor se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Seção Judiciária do Estado do Acre promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", inciso II, do caput do art. 65, da Lei n. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Seção Judiciária do Estado do Acre convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Seção Judiciária do Estado do Acre poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

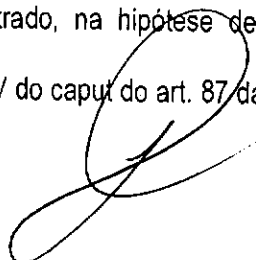
PARÁGRAFO QUINTO

Não havendo êxito nas negociações, a Seção Judiciária do Estado do Acre procederá a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SEXTO

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE**

PARÁGRAFO SÉTIMO

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo anterior será formalizado por despacho da autoridade competente da Seção Judiciária do Estado do Acre, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Seção Judiciária do Estado do Acre.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Seção Judiciária do Estado do Acre da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO QUARTO

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO

Após a autorização da Seção Judiciária do Estado do Acre, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

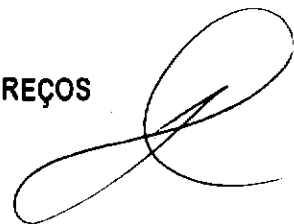
PARÁGRAFO SEXTO

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Seção Judiciária do Estado do Acre.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 30 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

A presente Ata será divulgada na página da Seção Judiciária do Estado do Acre (www.jfac.jus.br) e no portal Compras governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre, em Rio Branco-AC, com renúncia de qualquer outro.

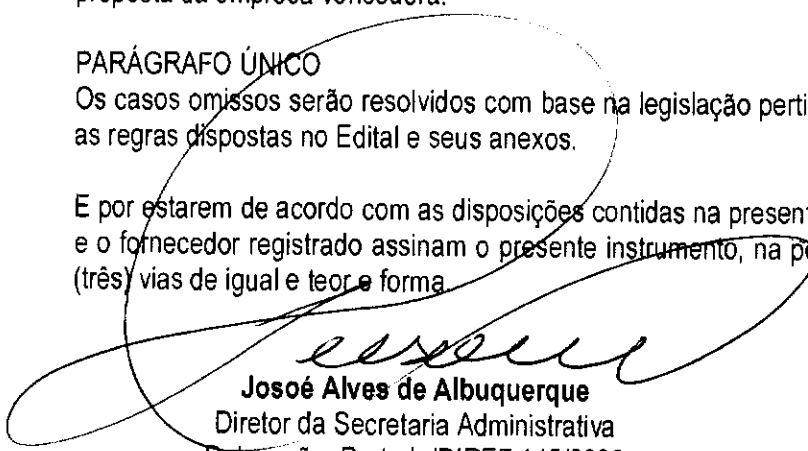
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram a presente Ata, independente de transcrição, o Edital do Pregão n. 31/2016 e seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente, aplicando-se ao presente instrumento as regras dispostas no Edital e seus anexos.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, a Seção Judiciária do Estado do Acre e o fornecedor registrado assinam o presente instrumento, na pessoa dos seus representantes legais, em 3 (três) vias de igual e teor e forma.



José Alves de Albuquerque
Diretor da Secretaria Administrativa
Delegação: Portaria/DIREF 145/2009
CONTRATANTE



Carlos José de Souza Júnior
Representante Legal
CONTRATADA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTERIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TITULO E
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

CARLOS JOSE DE SOUZA JUNIOR

CPF: 642.662.7

CPF: 646.121.126-87

RUBRICAS
 CARLOS JOSE DE SOUZA
 MARILENE CORDEIRO DE SOUZA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 699483153

PROBIBO PLASTIFICAR
 699483153

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

DETRAN - MG (VIAS GERAIS)

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
 Rua São Pedro, 204 - Loja 7 e 8 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-8200

AUTENTICACAO

inferida e achada conforme original que me foi apresentado.
 Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
 Dr. Maxwell Junio Pereira Marcal, Escrevente
 Etiqueta Nº.: 17207957; Belo Horizonte, 17/09/2006 17h34:57
 [9074232-232] - EMPL: 4,45 - TFFJ: 1,38 - TOTAL: 5,83

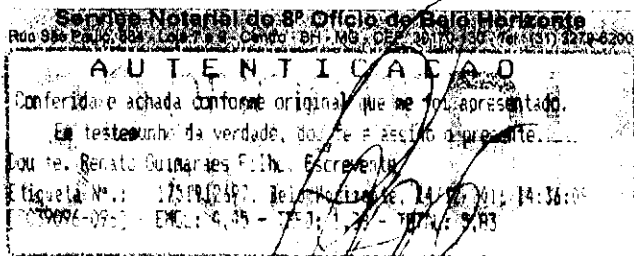


Selo de Fiscalização
 AUTENTICACAO
 COJ 46414

GR COMÉRCIO EIRELI-ME, tendo sede na Rua Frei Caneca nº 94 - Bonfim - CEP. 31210-530 - Belo Horizonte/MG inscrita na JUCEMG sob o número 5478640 e no CNPJ sob o número 17.451.234/0001-58 neste ato representada por sua sócia-proprietária, Bruna Goretti Alves Lopes, brasileira, solteira, CI MG 12340069, CPF 013.549.796-56, nomeia e constitui seu bastante procurador Carlos José de Souza Junior, brasileiro, solteiro, CI M-4.265.527, CPF 646.121.126-87, com fim de defender os interesses do outorgante em qualquer instância judicial ou administrativa, órgãos públicos e particulares, empresas privadas, bancos e instituições financeiras e qualquer outra pessoa pública ou privada, podendo propor e acompanhar qualquer feito perante qualquer autoridade, aceitar ou recusar acordos, assinar ata de registro de preços, receber e dar quitação, transigir, e todos os demais atos judiciais extrajudiciais que se fizerem necessários para o firme e valioso cumprimento desse instrumento particular de mandato, substabelecer, inclusive.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2015

Bruna Lopes
Bruna Goretti Alves Lopes
GR Comércio Eireli-ME





Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
 Secretaria de Racionalização e Simplificação
 Departamento de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 002 - 20/05/2015 14:18

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

31600040777

2305



15/330.396-4

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **GR COMERCIO EIRELI - ME**
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)
 requer a V.ª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153638014678

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | OTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|------------|---------------|------------------|------|---------------------------|
| 1 | 002 | | | |

| | | | | |
|--|------|---|--|--|
| | 021 | 1 | | ALTERAÇÃO |
| | 2247 | 1 | | ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) |
| | 2003 | 1 | | ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL |
| | 2005 | 1 | | ALTERAÇÃO DE SÓCIO/ADMINISTRADOR |
| | | | | SAÍDA DE SÓCIO/ADMINISTRADOR |

RFB
 A P P
 Conf: _____

BELO HORIZONTE

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio

Nome: Bruna Garrett Alves Lopes

Assinatura: Bruna Garrett Alves Lopes

Telefone de Contato: 31-32997546

12 Maio 2015

Data



2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem
A decisão

Data

NÃO

Data

Responsável

NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

21/05/15

Data

Vitorino Oliveira
 Responsável

DECISÃO COLE

Processo em

Processo de

Processo in



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5511926

EM 21/05/2015

GR COMERCIO EIRELI - ME

PROTOCOLO: 15/330.396-4

AH1631632

Marinely de Paula Bomfim
 SECRETÁRIA-GERAL



3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Presidente da Turma

Vogal

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5511926 em 21/05/2015 da Empresa GR COMERCIO EIRELI - ME, Nire 31600040777 e protocolo 153303964 - 20/05/2015. Autenticação: 8428FC82711865F4ABFDF0BFDD4E558DE43093. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/330.396-4 e o código de segurança mkij Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 SECRETÁRIA-GERAL

OK 21/05/15

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconhecido por SEBELANCA (S) (tras(S) des.
MARINA GONCALVES ALVES LOPES

Clique no Nº.: 1603243320, Belo Horizonte, 20/05/2015 14:29:20
Em teste da verdade, Marinely de Paula Bomfim, Juiz(a) de Direito, 17/33243-2320 - Fone: 31 3324-3320 - Telex: 1125 - TITAN/BR

www.jucemg.com.br



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5511926 em 21/05/2015 da Empresa GR COMERCIO EIRELI - ME, Nire 31600040777 e protocolo 153303964 - 20/05/2015. Autenticação: 8428FC82711865F4ABFDFF0BFDD4E558DE43093. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/330.396-4 e o código de segurança mkij Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
SECRETARIA GERAL

GR COMERCIO EIRELI - ME
RUA FREI CANECA, 94, BAIRRO BONFIM, CEP: 31.210-530
BELO HORIZONTE - MG
NIRE: 3160004077-7 INSC MUNICIPAL: 0475482001X INSC ESTADUAL: 0025292030007
CNPJ: 17.451.234/0001-58

ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

BRUNA GORETTI ALVES LOPES, brasileira, empresária, solteira, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na rua Dr Helcio Arantes, 101, apto 203, Bairro Luxemburgo, CEP 30.380-465, portador da C.I. nº MG12340069, CPF nº 013.549.796-56 nascida em 10/09/1982;
RENATA MIRANDA SOUZA, brasileira, empresaria, solteira, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na rua Cachoeira Dourada, 83, Bairro Santa Efigenia, CEP 30.270-060, portador da C.I. nº MG8194954 e CPF nº 055.544.486-40, nascido em 06/10/1981;

Resolve fazer a seguinte alteração contratual consolidada na empresa individual de responsabilidade limitada denominada GR COMERCIO EIRELI - ME, acima qualificada:

I - DA ALTERAÇÃO

A sócia RENATA MIRANDA SOUZA, não desejando mais permanecer, cede e transfere a totalidade de suas quotas a BRUNA GORETTI ALVES LOPES sendo a sócia admitida na sociedade. Por este ato também, a sócia que se retira dá a mais ampla e rasa quitação de seus direitos, nada mais tendo a reclamar em tempo algum quanto a seus direitos na empresa.

II - DA CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

Em decorrência das deliberações acima, o presente Contrato Social, devidamente consolidado, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA

O nome empresarial é GR COMERCIO EIRELI - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA

A empresa tem como objeto social O COMERCIO DE MERCADORIAS, MAQUINAS, EQUIPAMENTO E INSTRUMENTOS EM GERAL, LUSTRES, LUMINARIAS, ABAJURES, COSMETICOS, PERFUMARIA EM GERAL, HIGIENE PESSOAL, LIMPEZA, CONSERVACAO, PAPELARIA, ARTIGOS DE ESCRITORIO EM GERAL, INSTRUMENTOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO ODONTO MEDICO HOSPITALAR, DE INFORMATICA, MATERIAL ELETRICO EM GERAL E ARTIGOS DE ARMARINHO, SERVICOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA ATRAVES DE QUALQUER MEIO.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede da empresa e em Belo Horizonte - MG, na rua Frei Caneca, 94, Bairro Bonfim, CEP 31.210-530.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da empresa é indeterminado e o ano social de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e iniciou suas atividades em 01/10/2012.

CLÁUSULA QUINTA

O capital é de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA SEXTA

A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5511926 em 21/05/2015 da Empresa GR COMERCIO EIRELI - ME, Nire 31600040777 e protocolo 153303964 - 20/05/2015. Autenticação: 8428FC82711865F4ABFDFF0BFDD4E558DE43093. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/330.396-4 e o código de segurança mkij Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

CLÁUSULA SÉTIMA

O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data com base na qual serão elaboradas as demonstrações financeiras da empresa, tais como inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico.

CLÁUSULA OITAVA

A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração contratual.

CLÁUSULA NONA

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro de BELO HORIZONTE, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes desse ato de constituição.

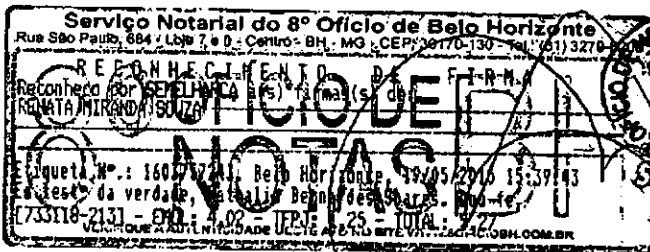
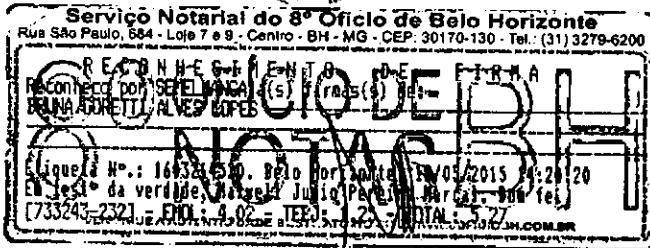
Belo Horizonte, 01 de Maio de 2015.



Bruna Goretli Alves Lopes
BRUNA GORETTI ALVES LOPES
Titular/administrador



Renata Miranda Souza
RENATA MIRANDA SOUZA
Titular/administrador





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 24ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL**

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo Eletrônico TRT nº 6356/2016. Contrato nº 02/2017. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Certisign Certificadora Digital S.A., CNPJ nº 01.554.285/0001-75. Objeto: Prestação de serviços de emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil e visitas. Fundamento legal: Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Valor total estimado: R\$ 13.805,00. Licitação: Pregão Eletrônico CNJ nº 50/2016. PTRES 107731. ND 3.3.90.39.99. Data assinatura: 11.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa. Pela Contratada: Isaac Khaffif e Fábio Garbuio.

Processo Eletrônico TRT nº 6356/2016. Contrato nº 03/2017. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Soluti Soluções em Negócios Inteligentes S.A., CNPJ nº 09.461.647/0001-95. Objeto: Fornecimento de dispositivos tokens USB para armazenamento de certificado digital. Fundamento legal: Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Valor total estimado: R\$ 9.250,00. Licitação: Pregão Eletrônico CNJ nº 50/2016. PTRES 107731. ND 3.3.90.39.99. Data assinatura: 11.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa. Pela Contratada: Lucíola de Queiroz Ferreira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. 7169/2015. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: ASBIBOP Serviços de Bombeiro Brigadista Particular Civil Ltda. - EPP, CNPJ nº 10.811.374/0001-40. Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 11.1.2017 a 10.9.2018. Valor mensal do contrato: R\$ 24.465,53. PTRES: 107731. ND 3.3.90.37.07. 2017NE000031. Data da assinatura: 10.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da DGCA. Pela Contratada: José Evanio Bernardo dos Santos e Almerio Barros da Silva.

**JUSTIÇA FEDERAL
1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ACRE
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato n. 10/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: Candiru Construções e Comércio Ltda - ME. OBJETO: Serviços de reforma estrutural em 4 (quatro) pilares de concreto armado que dão sustentação à cúpula de cobertura do hall dos elevadores do edifício sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre. PREÇO: R\$137.726,77. VIGÊNCIA: 195 dias, contados da data da sua assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0000782-36.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Francisco Wagner Ferreira Campos, pela Contratada.

ESPÉCIE: Contrato n. 11/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: E J Engenharia Ltda. OBJETO: Serviços de reforço estrutural em uma viga localizada no piso térreo, sob o auditório do edifício sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre. PREÇO: R\$33.900,00. VIGÊNCIA: 100 dias, contados da data da sua assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0001422-39.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Eudes Moreira da Costa, pela Contratada.

ESPÉCIE: Contrato n. 12/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: Carmem Bastos Nardino. OBJETO: Prestação de serviço de fiscalização dos serviços de reforço nos quatro pilares da claraboia e de uma viga do andar térreo do edifício-sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre, objeto dos contratos n. 10 e 11/2016. PREÇO: R\$7.955,00. VIGÊNCIA: 132 dias contados da data da assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0001572-20.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Carmem Bastos Nardino, pela Contratada.

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

PROCESSO N. 0001173-88.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 8/2016, I a XI. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais diversos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 18/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$38.076,00. DATA DE ASSINATURA: 21/12/2016. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. CNPJ/EMPRESAS: 05.801.999/0001-91 - Delta Comercio e Serviços Eireli - Epp; 05.897.246/0001-21 - Lau Comercio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda; 07.308.989/0001-44 - Vigilante da Glicose Comercio de Produtos para Diabeticos; 08.448.660/0001-41 - Aliança - Industrial e Comercial de Uniformes Acessório; 09.071.136/0001-67 - Horizonte Comercio de Abrasivos e Complementos Ltda; 10.986.234/0001-03 - Total Distribuidora e Atacadista Ltda. - Epp; 11.094.173/0001-32 - Office do Brasil Importação e Exportação Eireli - Epp; 13.026.145/0001-03 - Tucana Energias Renováveis Ltda - Me; 14.004.528/0001-43 - Goldserv Comercial Eireli - Me; 15.383.818/0001-08 - Luvix Comercio Importação e Exportação Eireli - Epp; 23.089.046/0001-24 - Marcus V. Da S. Amorim - Me. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001418-02.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 9/2016. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de compressores. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 23/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$41.183,64. DATA DE ASSINATURA: 21/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.780.938/0001-95 - Refrigeração Flora Ltda - EPP. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001146-08.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 10/2016, I a V. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 26/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$169.001,40. DATA DE ASSINATURA: 22/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 09.171.140/0001-05 - Amp Indústria e Comercio de Condutores Eireli; 10.511.935/0001-96 - Montagem Elétrica Ltda - Me; 22.826.671/0001-49 - Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda; 24.935.938/0001-61 - Lema Comercio e Serviços Ltda - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota de Araujo. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0000714-86.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 11/2016, I a VII. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais hidráulicos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 17/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$40.855,30. DATA DE ASSINATURA: 22/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 04.010.582/0001-48 - Codil Importação e Exportação Eireli - Epp; 09.071.136/0001-67 - Horizonte Comercio de Abrasivos e Complementos Ltda; 20.337.684/0001-29 - Luara G. de Souza - Me; 20.795.155/0001-79 - Infanteria Comercial Eireli - Me; 23.089.046/0001-24 - Marcus V. da S. Amorim - Me; 24.845.457/0001-65 - Itaca Eireli - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota de Araujo. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001144-38.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 12/2016, I a VIII. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 21/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$53.084,20. DATA DE ASSINATURA: 23/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 03.363.727/0001-21 - N. V. Verde & Cia Ltda - Me; 09.210.069/0001-14 - Amauri Vicente dos Anjos - Materiais Elétricos - Me; 09.539.984/0001-58 - Lupe Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda; 17.451.234/0001-58 - GR Comercio Eireli - Me; 22.854.208/0001-00 - Global Lux Comercio e Serviços Eireli - Me; 24.951.670/0001-51 - Service Energia Ltda - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota De Araujo; 42.981.902/0001-04 - Suprema Hidroelétrica Ltda. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001271-73.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 13/2016, I e II. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de copos descartáveis. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 19/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$14.010,00. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 04.375.274/0001-16 - G P Comercio Limpeza e Serviços Ltda - Me; 05.511.061/0001-37 - Augusto S de Araujo - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001297-71.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 14/2016. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de pneus. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 28/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$42.078,00. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.391.917/0001-88 - Águia Azul Pneus Ltda - Epp. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001148-75.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 15/2016, I a III. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 25/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$21.915,90. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 15.724.019/0001-58 - Quality Atacado Ltda - Me; 16.743.543/0001-39 - Posterari Assessoria Técnica Ltda - Me; 24.101.048/0001-54 - BG Comercio e Materiais Eireli - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001347-97.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 16/2016, I a III. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de equipamentos de vigilância eletrônica. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 30/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$164.859,50. DATA DE ASSINATURA: 27/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.885.398/0001-04 - Maprotem Manaus Vigilância e Proteção Eletrônica Monitoramento; 06.281.518/0001-27 - Vídeo Comercio e Serviço de Segurança Eletrônica Ltda; 10.720.502/0001-40 - André Lima de Souza Eireli - Epp. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001108-93.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 17/2016, I e II. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 31/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$34.350,00. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 10.511.935/0001-96 - Montagem Elétrica Ltda - Me; 17.451.234/0001-58 - GR Comercio Eireli - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

**NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
E PATRIMONIAL**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Justiça Federal do Acre INTIMA a empresa HI TECH SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELLI - ME, CNPJ 23252475/0001708, por se encontrar em local incerto e não sabido, a apresentar defesa prévia nos autos do Processo Administrativo n.0001026-62.2016.4.01.8001, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, quanto à aplicação das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, haja vista que a empresa descumpriu as obrigações contratuais, referente ao Pregão Eletrônico Nº 6/2016, cuja contratação foi formalizada por meio da Nota de Empenho n. 2016NE000282.

Rio Branco-AC, 10 de janeiro de 2017.

GILMAR PALÚ
Diretor

SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato 107/16. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: AS ENGENHARIA EIRELI - EPP (Sr. Paulo Sérgio Ladeia Vilasboas), CNPJ/MF 17.700.934/0001-39. OBJETO: Implantação de um link de telecomunicações por meio de fibra óptica. Valor: R\$ 97.900,00. VIGÊNCIA: 128 dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 02061056942570001; ND 33.90.39; 2016NE003796, de 29/12/16. BASE LEGAL: Leis 8.666/93, 12.846/13, 12.349/10 e IN 02/10-MPOG, PAe 0011121-45.2016.4.01.8004 (PE 67/16). Ass. em 06/01/17.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 2º TA contrato 15/15. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: BAHIA SERVIÇOS EIRELI-EPP (Sra. Maristela de Sousa Correa Reis). OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 meses. Dotação Orçamentária: PT 02.061.0569.4257.0001 e ND 33.90.37. BASE LEGAL: Lei 8.666/93 (art. 57, II) e PAe 0003534-06.2015.4.01.8004-JFBA. Ass.: 04/01/17.